

MILES ET PAGANUS: apontamentos acerca dos efeitos do Exército Romano sobre as populações locais

Rafael de Abreu e Souza

Discente do Curso de História - UNICAMP – Bolsista CNPq,

Pesquisador do Grupo de Arqueologia Histórica/NEE

elagabalus2003@yahoo.com.br

Os Romanos, é verdade, nunca foram vencidos muitas vezes pela força e dominados em muitas batalhas; mas nunca em nenhuma guerra foram derrotados; e nisso está tudo. (Lucílio, escritor romano do IIº século a.C.)

Resumo

O tema sobre o qual discorreremos neste trabalho faz parte da pesquisa em andamento de uma iniciação científica com bolsa pelo CNPq integrada ao projeto *O Abastecimento Militar Romano durante o Principado* no Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. A iniciação científica tem como objetivo discorrer sobre a Revolta de Boudica e o Abastecimento Militar (*annona militaris*) na Bretanha Romana no século I d.C., e insere-se dentro do campo de estudos da chamada *Romanização* (o fenômeno que pressupõe o bárbaro adquirindo características romanas, e se tornando, ao final deste processo, romano). Como uma das origens dessa revolta estaria nos abusos de militares para com as populações bretãs (talvez celtas) da Ilha, foi necessário também estudar sobre a relação entre o soldado (*miles*) e o civil (*paganus*).

Palavras-chave

Exército – Roma - Abastecimento

Apontamentos acerca da estruturação do Exército Romano

No livro *O Homem Romano* (1992), Andrea Giardina nos informa que em torno de um século antes da queda do Império do Ocidente, o escritor de feitos militares Vegécio propôs uma antropologia sintética do tipo “romano” baseando-se em oposições: “os romanos eram menos prolíficos do que os Gauleses, mais baixos do que os Germanos, menos fortes do que os Espanhóis, menos ricos e menos astutos do que os Africanos, inferiores aos Gregos nas técnicas e na razão aplicada às coisas humanas” (GIARDINA, 1992, p. 7). Podemos pensar que estas características negativas, como propõe o autor, são mostra de como um senso de identificação pode ser definido em detrimento do *outro*, ao que Hartog chamou de *anti-eu* (aquilo que o *eu* não é ou gostaria de ser) (HARTOG, 1999). O autor afirma que este homem definido em negativo possuía uma característica decisiva, uma vocação para dominar que lhe era assegurada por três fatores: o exercício das armas

(*armorum exercitio*), a disciplina dos acampamentos (*disciplina castrorum*) e o modo de utilizar o exército (*usus militiae*) (GIARDINA, 1992, p. 7).

Com certeza, a civilização romana ganhou destaque ao longo das eras pela sua característica militar (FUNARI, 2002, p. 237), tão forte que hoje a vemos em desenhos como *Asterix*, onde os romanos são uma sociedade extremamente militarizada. Claro que não devemos pensar que os romanos eram militares dos pés à cabeça, mas é impossível não perceber o grande papel que este teve no desenrolar da vida *do* e *no* Império. Já em meados do primeiro século a.C., o exército romano desenvolveu, através de longos períodos de guerra, uma força militar profissional, deixando de ser uma milícia cidadina recrutada anualmente para uma certa campanha, e dissolvida logo a seguir, para tornar-se um exército permanente.

Para Claude Nicolet, o exército romano fora uma milícia cidadina até o século II a.C.; embora os soldados fossem pagos (com algo que seria mais uma indenização), não se tratava evidentemente de um exército de mercenários, já que Roma não comprava, mas empregava não-romanos a partir de alianças. Além do que, o exército, até a época imperial, seria um exército de cidadãos. Também não se tratava de um exército de ofício, surgido formalmente apenas com o Império. Continuará a haver mobilizações em massa em períodos de guerra ou crise, pelo menos até Augusto, mas, em circunstâncias normais, o serviço militar já não sobrecarregava a todos do mesmo modo, pois camadas sociais interias poderiam subtrair-se a ele. Entretanto, a ideologia não acompanhou tais mudanças, e, durante o fim da República e o Império, a permanência de modelos militares, em âmbitos cada vez menores, ficou latente quando a maioria da classe política continuava a estar sujeita a eles, na medida em que o serviço militar continuou a ser obrigatório para quem queria seguir o *cursus honorum* (NICOLET, 1992, p. 31).

Originalmente, cidadania e exército foram sinônimos e o cidadão definia-se como soldado, sendo que, apenas a partir de 111 a.C., o exército, passando a ser profissional, deixou de congregar apenas os romanos. Ao longo dos séculos IX a.C. a I d.C., o exército romano sempre fora um exército conquistador, subjugando povos e reinos. Ao mesmo tempo, serviu como um meio de incorporação de estrangeiros à cidadania, seja acolhendo-os como forças auxiliares seja com sua incorporação à estrutura formal das forças armadas romanas (FUNARI, 2003).

No início, a cidade não possuía outro exército senão o que era constituído pelos cidadãos, mobilizados por turnos e em função das necessidades, apenas enquanto durava a guerra. Em seguida, a ampliação das cidades conquistadoras, o prolongamento da guerra e a necessidade de manter uma presença militar nas províncias conquistadas abalaram este quadro tradicional, pois ao tornar-se permanente, o exército teve de abrir-se mais aos pobres, aos proletários, pagar salários, e aceitar a crescente dissociação entre o ofício das armas e o “ofício de cidadão”. Ao impor um regime autocrático baseado no controle total do exército, Augusto deu início a uma nova e duradoura versão do soldado romano, ao mesmo tempo em que dois princípios eram herdados da tradição: o conceito

de cidadão-soldado e o monopólio do comando reservado às classes superiores (CARRIÉ, 1992, p. 90).

Ao transformar o exército em exército de profissão, Augusto substituiu o serviço rotativo de todos pelo serviço continuado de alguns. Durante seu governo, cerca de 28 legiões estavam em serviço, a maior parte delas saída de serviços da Guerra Civil, numeradas de I a XXII, resultado de uma aceitação das já completas legiões antonianas após a batalha de *Actium* (31 a.C.). As legiões eram dispostas pelas fronteiras das províncias do Império, a maior parte delas controladas por Augusto diretamente através de seu legados. A legião era um corpo que poderia ter em torno de 4 a 5 mil homens divididos em até 10 coortes; cada coorte poderia ser dividida em 6 centúrias, cada uma comandada por um centurião, soldados com muitos anos de experiências, normalmente promovido das frentes (KEPPIE, 1996, p. 372). Segundo Petit, os centuriões eram a “própria alma do exército romano”, sendo o centurionato a plataforma giratória de promoção social através desse exército (PETIT, 1989, p. 93). Esta unidade de infantaria pesada era composta por soldados protegidos por uma couraça e um capacete de metal e um grande escudo retangular e côncavo (*scutum*), além de, como armas defensivas, uma lança curta de arremesso (*pilum*) e uma espada também curta, de duplo gume (*gladio*), para combate corpo-a-corpo (REZENDE FILHO, 1993, p. 78).

Durante o fim da república, o tempo mínimo exigido para que um homem se juntasse a uma legião era de 6 anos. Mas durante a guerra civil, o tempo de permanência do soldado teve de ser maior, após o que, frente ao programa de Agrippa de colonização e ocupação de terras nas províncias, muito provavelmente escolhendo os indivíduos que lutaram em *Actium*, Augusto ordenou que o tempo de serviço nas legiões fosse de 16 anos, seguidos de 4 anos de reserva. Aqueles que sobrevivessem receberiam recompensa em dinheiro e não mais em terra, o que tinha se tornado comum nestas décadas – embora Dio Cássio nos diga que os soldados ainda preferiam terras (REZENDE FILHO, 1993, p. 377).

Em 5 d.C., o tempo de serviço foi aumentado para no mínimo 25 anos, mais 5 de reserva. Houve também reformas quanto às estruturas de comando das legiões: os legados, geralmente ex-pretos, ex-questores, ex-ediles ou ex-tribunos da plebe, começaram a ser apontados por Augusto diretamente para o comando de uma legião específica, com o título de *legatus legionis*, por um período de muitos anos. Contudo, essas reformas no exército não foram tão populares, tendo em vista que, logo após o anúncio de sua morte em 14 d.C., os legionários se revoltaram nas legiões no Reno e Panônia, vendo uma chance de reclamar seus descontentamentos devido ao longo tempo de serviço, as altas taxas a pagar, os abusos e corrupção dos centuriões e a perspectiva de sobrevivência em terras ganhas em regiões muitas vezes de solo pobre e distantes de casa (REZENDE FILHO, 1993, p. 739).

Como complementação às legiões, foram criados os *auxilia* (com cerca de 500 homens), unidades regulares compostas de não-romanos, postas sob comando de oficiais romanos (centuriões com substancial experiência militar) ou de nobres tribais, nunca operando isoladas, mas sempre em

conjunto das legiões, e enquadradas no esquema tático geral como tropas de infantaria ligeira (*cohortes*), de cavalaria (*alae*) ou de infantaria montada (*equites*). Os *auxilia*, como o próprio nome diz, funcionavam como auxiliares às legiões, facilitando seu desdobramento tático ou cumprindo funções específicas, tais quais o fustigamento e arremesso de projéteis, agindo também como infantaria ligeira, lanceiros, arqueiros e fundibulários (REZENDE FILHO, 1993, p. 71).

O tempo de serviço de 25 anos os fazia adquirir capacidade de manobra e disciplina não muito inferiores às das legiões. Formados por grupos tribais ou reinos aliados, os *auxilia* eram equipados de acordo com os próprios costumes e tradições. O problema destas tropas era o sentimento confuso que poderiam sentir servindo Roma, a mesma Roma contra a qual lutaram antes de serem subjugados e terem seu território anexado ao Império. Tal constituía um risco, porque muitas vezes estas unidades poderiam se sublevar, como ocorreu em 6 d.C. na Revolta Panoniana, quando os auxiliares dalmácios, concentrados para uma campanha contra Maroboduus, rei marcomano, viram aí uma chance para livrarem-se do jugo romano (KEPPIE, 1996, p. 382).

É interessante apontar que somente cidadãos poderiam fazer parte das legiões, mas não necessariamente romanos. No fim da República, as legiões eram compostas por italianos, a fonte tradicional de soldados, embora durante a Guerra Civil, César e seus inimigos procurando aumentar suas forças, tenham formado “legiões” de populações não-cidadãs das províncias, as treinando da maneira romana, muitas vezes com a possibilidade de ganhar a cidadania ao final do serviço militar. Logo, pelo fim da dinastia Julio-Cláudia, parece que menos da metade dos legionários espalhados pelo Império tinham nascido na Itália, e no leste a proporção era ainda menor (KEPPIE, 1996, p. 389). Assim, as legiões começaram a ser corpos militares onde várias tribos se misturavam, com seus diferentes costumes e culturas, sob jugo romano, onde as tantas línguas diversas fizeram com que o latim, mais do que língua natal, fosse uma língua comum para intercâmbio, tal como é hoje o inglês (FUNARI, 2003). Segundo Keppie, quando a política expansionista foi abandonada, aos finais do principado de Augusto, o Império passou por um período de desenvolvimento pacífico na dinastia Julio-Cláudia, concomitante a uma gradual pacificação das áreas já dominadas após Tibério, significando que as legiões não precisavam mais adotar uma postura tão agressiva; quando as campanhas ativas começaram a serem exceções, as tropas parecem ter permanecido mais freqüentemente num mesmo lugar (KEPPIE, 1984, p. 191).

O exército se encontrava estacionado ao longo dos limites do Império, e, especialmente, engajado na consolidação do controle e dominação romana; com o passar do tempo, grandes concentrações militares localizadas em pontos estratégicos nas fronteiras, preparadas para avançar, ganharam nova distribuição e os acampamentos temporários tornaram-se cada vez mais permanentes. O exército romano passou a ter caráter defensivo e grande atenção foi dada àquelas áreas sob controle romano, mas com iminência de ataques externos, uma atitude que, para Keppie, resultou em “physical constriction of frontier lines which in some areas constituted a clear demarcation line between land under full Roman control and the tribes beyond” (KEPPIE, 1996, p. 387).

Durante o principado de Adriano (117-138), cristalizou-se uma estratégia nacional, dentro das ações do exército romano, que se poderia denominar “defesa impeditiva” ou “defesa avançada”. Rezende Filho afirma que esta defesa teria como pressuposto básico “a idéia estratégica do abandono de qualquer futura expansão territorial, com a corolária concepção do fortalecimento das áreas fronteiriças, sendo, portanto, uma estratégia nacional de caráter exclusivamente defensivo” (REZENDEDE FILHO, 1993, p. 66-67), mas que este caráter defensivo da estratégia nacional romana teria se manifestado ainda no principado de Augusto, quando se abandonou concretamente a possibilidade de conquista da *Germania* até o rio Elba. Segundo o estudioso, não se viu anexação de novos territórios no Ocidente do Império que não visasse apenas garantir melhor defensabilidade das fronteiras, com a exceção da Bretanha, a qual teria sido somente uma complementação da conquista da Gália ou uma garantia extra à segurança da fronteira renana (REZENDEDE FILHO, 1993, p. 68).

Sobre as fronteiras estabilizadas teria sido aplicado o conceito de defesa impeditiva, quando o *limes* teria passado de uma zona mal defendida para uma barreira linear que separaria os limites da Romanização¹. De qualquer forma, as fronteiras romanas apoiar-se-iam em possíveis obstáculos naturais, sendo extensamente cobertas por intrincadas redes de fortificações, acampamentos legionários e fortins guarnecidos pelas tropas auxiliares. Assim, o *limes* passaria a ser uma estrada militar para assegurar a comunicação entre os pontos fortes das fronteiras, submetidos exclusivamente à autoridade militar, passando, então, a constituir os *territorii legionum* (REZENDEDE FILHO, 1993, p. 69).

Como o objetivo da defesa impeditiva seria o de tornar as fronteiras impenetráveis à invasões inimigas, lembrando que a variante romana de defesa impeditiva nunca fora estática e passiva, na medida em que se baseava na atividade constante de patrulhas fronteiriças, fica óbvio que implicaria em que a totalidade dos efetivos disponíveis ficasse estacionada ao longo das fronteiras, o que ocorria, como dito, desde Augusto.

A grande crítica que os especialistas em História Militar têm feito ao sistema de defesa impeditiva romano é a de que ele não poderia ser eficiente quando ocorressem invasões simultâneas em dois ou mais setores fronteiriços devido à ausência de uma força de reserva estratégica. Um deles é o francês Paul Petit; segundo este, o sistema de organização do exército acabava por ser um problema, tendo em vista a dificuldade técnica das questões logísticas e o pequeno interesse dos Imperadores na concentração das unidades devido ao medo de usurpação, o que impedia a adoção de um exército de cobertura que reforçasse um poderoso corpo de manobras estacionado no interior. Deste modo, a concentração do exército no *limes* seria útil quando da presença de povos pouco ativos ou subjugados, mas ruim perante uma ameaça simultânea em várias frentes (PETIT, 1989, p. 86-87).

Para Rezende Filho, esta crítica não leva em consideração a flexibilidade inerente ao sistema defensivo imperial. Primeiro porque uma guerra em duas frentes é, quase sempre, sinônimo de catástrofe militar, não importando qual a estratégia adotada. A única alternativa viável neste caso

seria o de sacrificar, efemeramente, um dos setores invadidos. Logo, alcançar-se-ia neste a vitória para então socorrer a área negligenciada. Mas de qualquer forma, usava-se tradicionalmente a diplomacia para tentar evitar este tipo de situação, algo que os romanos fizeram bem. E segundo, a existência de um corpo de reservas não evitaria os efeitos de uma guerra em duas frentes, pois ou ele seria levado para reforçar um setor, deixando o outro negligenciado, ou dividido em duas forças menores para auxiliar os dois setores atacados, “o que fatalmente redundaria na diluição de sua capacidade de estabilizar ao menos um dos frentes ameaçados” (REZENDEDE FILHO, 1993, p. 74).

Já para Benjamin Isaac, o exército funcionou como uma força de segurança interna, além de um exército de ocupação (não que agisse como força policial interna em todo local, mas esta função teria existido, sendo comumente ignorada pelos estudiosos). Todo exército de conquista deveria manter estradas e outros meios de comunicação a salvo para ele mesmo, em primeiro lugar, se quisesse manter-se a salvo em território conquistado, e para a população em geral, a fim de ter certeza de sua própria autoridade e da prosperidade das pessoas subjugadas (ISAAC, 1993, p. 160).

É fácil, por vezes, confundir linhas de comunicação mantidas por fortes para proteção do tráfego militar com linhas de fortes que pretendiam prevenir movimentos inimigos; a permanência do exército próximo a cursos d’água e estradas estratégicas funcionava tanto para controle dos movimentos do próprio exército quanto das pessoas subjugadas, acabando as estradas e rios sendo muitas vezes interpretados como barreiras. Porém, o *limes*, como disse Rezende Filho, é uma estrada transversal para facilitar comunicação entre as guarnições militares.

Para justificar que o exército de uma província teria funcionado como força interna de segurança, Isaac afirma que a distribuição de inscrições militares em uma província pode ser interpretada como um indicador de que as tropas serviam realmente como força interna de segurança, mesmo que as evidências literárias não evidenciem uma resistência ativa contra o domínio romano, “it is in keeping with this elementary truth that the epigraphical and archaeological material gives a consistent impression that the army’s rule was to protect the rulers rather than the ruled” (ISAAC, 1993, p. 160), ou seja, uma força de segurança mais para salvar os romanos, governantes e aristocratas ou chefes militares, dos ataques externos do que salvar os povos romanos ou não-romanos subjugados de ataques estrangeiros.

Mas é quase unânime a opinião de que o exército romano manteve, desde as reformas de Mário e César até o século V, um mesmo padrão tático apoiado em sua unidade básica, a legião, a qual tinha a vantagem de dispor das coortes que a integravam como unidades operacionais independentes, mas completamente integradas. Em uma batalha, a *cohorte* formava uma linha de 8 ou 10 fileiras, com uma extensão linear de 50 a 60 homens, e em formação fechada, geralmente utilizada em manobras ou concentração de arremesso de projéteis, cerca de um metro separava cada legionário, enquanto em formação aberta, para o combate corpo-a-corpo, o intervalo passava a dois metros. Desta maneira, a legião adotava uma formação de batalha em 3 linhas, com 4 coortes na primeira e 3 nas segunda e terceira linhas; a legião então, cessados os movimentos preliminares das

tropas ligeiras, avançava ou esperava em formação fechada, até que as linhas inimigas estivessem a cerca de 20 metros, após o que as 2 primeiras linhas de soldados arremessavam seus *pila*, as curtas lanças, passando a legião para a formação aberta (REZENDE FILHO, 1993, p. 79).

A disciplina, organização e o treinamento que permitiam estes movimentos durante a batalha, deram ao exército romano uma tremenda vantagem tática sobre os inimigos bárbaros, além de explicar como um corpo profissional relativamente pequeno pode impor-se à formações inimigas numericamente superiores (REZENDE FILHO, 1993, p. 81). Contudo, o soldado de uma maneira ou de outra sempre acabava sucumbindo meio ao estudo das legiões e do exército em si, sendo por algum tempo negligenciado pelos estudiosos: porém, todo este poder do exército só era possível porque cada um destes soldados era capaz e fora treinado para sê-lo.

Os soldados, as mulheres e as crianças: militares e famílias tribais?

Já vimos que o tempo mínimo para permanência no Exército durante a dinastia Julio-Cláudia fora de 25 anos (com recrutamentos de rapazes entre 18 e 23 anos) e que somente cidadãos poderiam fazer parte dele, característica que se vai esvaindo ao longo dos séculos devido à necessidade de maiores contingentes. Mas que sabemos sobre a vida do soldado romano? A disciplina do exército romano era extremamente severa; a prestação do *sacramentum* dava ao Imperador direito absoluto de vida e morte sobre os soldados, assim como o direito de castigos corporais, dos quais os generais não se coíbiam de usar. O *sacramentum*, segundo Grimal, era o fundamento jurídico da condição do soldado, constituindo-se como um laço pessoal, de natureza religiosa, entre este e seu chefe, cujo sentido geral era o de comprometer-se a “seguir o chefe sob cujas ordens devia combater, contra qualquer inimigo, a não abandonar as insígnias, a não cometer nenhuma ação contrária à lei” (GRIMAL, s/d, p. 116): faltar ao *sacramentum* merecia à morte. Como, a partir de Augusto, o Imperador passou a ser também o primeiro general, o soldado deveria seguir suas ordens, o que acabava por criar um forte vínculo entre eles (*milites mei*), um laço que unia Imperador e soldado estabelecendo as obrigações e privilégios deste, privilégios que eram a recompensa pelos sacrifícios pessoais.

Os complexos movimentos realizados sobre pressão inimiga necessitavam, obviamente, de uma severa disciplina e um árduo treinamento, os quais não poderiam ser obtidos da noite para o dia. Por outro lado, os legionários adquiriram a convicção de que tanto a disciplina quanto à capacidade de manter formações ordenadas faziam-nos taticamente superiores aos inimigos, colaborando para reforçar a auto-estima como grupo e fazendo-os esquecer os temores pessoais mesmo diante das piores batalhas (REZENDE FILHO, 1993, p. 82). Para tal, os padrões de disciplina eram rigidamente mantidos, como os freqüentes castigos corporais às pequenas infrações ou punição ao *decimus* (antiga prática dos tempos republicanos de se sortear um homem em cada grupo de dez para uma execução sumária, o que também era norma regular frente a comportamentos covardes perante o inimigo) (GRIMAL, s/d, p.125).

Segundo Rezende Filho, estes padrões extremamente rígidos de disciplina forjaram um exército profissional de eficiência incomparável aos demais do período, colaborando para a formação de um sentimento de orgulho em pertencer a essa instituição, junto da possibilidade de se exercer crescente autoridade e ainda usufruir de vantagens materiais (REZENDE FILHO, 1993, p. 82), tendo em vista que a atividade militar era, muitas vezes, a única ocupação para homens livres de condição social mais baixa.

Para manter a disciplina, os comandantes recorriam a duas armas: o terror e a recompensa. A vigilância noturna feita por cavaleiros para pegar comportamentos incomuns, o suplício da bastonada aplicado a ladrões, soldados acusados de falso testemunho, desertores e insubordinados, e as penas menos rigorosas como o degredo, perda de vantagens resultantes do tempo de serviço cumprido, expulsão ignominiosa e penas corporais, colaboravam para manter o soldado “na linha” com base no medo. Porém, o terror não era o único meio a que se recorria para a manutenção dessa disciplina, pois havia também as recompensas, como as honoríficas ou o recebimento de parte dos espólios das batalhas (GRIMAL, s/d, p. 125-127).

Durante o governo de Cláudio foi regularizado, para os soldados das tropas auxiliares, o sistema de recompensa pelo honrável serviço de soldado com a cidadania após os 25 anos de serviço. Foi também regularizado qualquer contrato de casamento efetuado durante o serviço (*conubium*), o que era proibido aos soldados até então, com a finalidade de que as crianças já nascidas obtivessem a cidadania, assim como as que iriam nascer (KEPPIE, 1996, p. 391).

Sabemos que muitas vezes na história, a formação de uma família foi incompatível com o serviço militar, característica também presente nos exércitos dos séculos XVIII e XIX na Europa – apesar de concubinas de legionários serem quase sempre toleradas. No Império Romano, durante os séculos I e II d.C., ao soldado comum era proibido o casamento válido pelas leis romanas, mas de fato, como nos mostra Sara Phang (Phang, 2002), na prática, muitos soldados casaram e tiveram filhos ilegítimos, no sentido de que não eram reconhecidos pela lei. A proibição do casamento, abolida somente no século III com Sétimo Severo, afetava muitos homens durante longo tempo de suas vidas, dado que grande parte deles servia, no mínimo, 25 anos.

Durante estes primeiros séculos, os períodos de guerra eram separados por longos períodos de paz, e as legiões e outras tropas permaneciam estacionadas numa província: era, então, que os soldados começavam a procurar mulheres e até formar famílias. Para aqueles soldados que possuíam direitos de cidadania, mesmo que o casamento fosse ilegal, a criança nascida daí era cidadã, desde que, é claro, a mãe também o fosse (filha de cidadão). Quando um casamento não era válido pelas leis romanas, a criança ganhava um status de parente inferior (PHANG, 2002, p. 354). Phang nos informa que uma das várias razões para a proibição do casamento entre os soldados era a do dote, talvez para se evitar problemas jurídicos ou que envolvessem finanças. Em um casamento legal, a esposa dava seu dote ao marido e, caso houvesse divórcio ou o marido falecesse, a lei dizia que a mulher deveria recebe-lo de volta.

À mulher do soldado era recusado este recurso legal, já que o dote em um casamento inválido não era reconhecido. Além disto, caso o soldado recebesse em um casamento o dote, frente a um divórcio hostil, ficaria muito mais difícil à mulher recuperá-lo, pois, perante a lei, esta união nem existiria. Todavia, se o dote não era válido, a troca de presentes entre o soldado e sua mulher durante o serviço do primeiro o era, “proving that the union was not a legal marriage as in legal marriage, gifts between husband and wife were invalid. The institution refers to substantial property, not trinkets” (PHANG, 2002, p. 356).

Segundo Phang, a historiografia afirmava que o principal motivo para a proibição do casamento aos soldados era a de que as mulheres e as famílias atrasariam a marcha das tropas; G. R. Watson, por exemplo, sugeriu que os soldados que formavam famílias com os civis locais eram relutantes em serem transferidos e até poderiam desertar (WATSON, 1969). Tais motivos, contudo, partiam do pressuposto de que mulheres e crianças não passavam de parasitas emocionais e financeiros, que necessitavam de auxílio. Para a pesquisadora, a proibição tinha fundos políticos e culturais: a *disciplina militaris* demandava obediência e competência marcial durante os treinamentos, mas também era requerida uma austeridade masculina do soldado que, para exercer corretamente seus deveres, deveria endurecer seu “coração” e permanecer longe das luxúrias – onde estavam freqüentemente incluídas as mulheres (PHANG, 2002, p. 358).

Geralmente, a indulgências do soldado para com as mulheres era acompanhada de indisciplina e deterioração moral, em contraste à boa disciplina, sempre ligada ao celibato. Por isso, desde a República, as mulheres eram excluídas dos *castra*, os campos militares. O etimólogo Servius, já do IV^o século d.C., definiu a palavra *castra* como “*quasi casta, vel quod illic castraretur libido, nam numquam his intererat mulier*” (Servius, *ad Aeneid* 3.519), ou seja, “campos são chamados castos, porque sua luxúria é castrada, por nunca uma mulher estar presente neles”. Muitas passagens na literatura sugerem que o casamento dos soldados vinha acompanhado de indisciplina, a exemplo de César quando em *Bellum Civile* (3.110) nos conta sobre um soldado de Alexandria chamado Gabinus que habituado a vida de lá, teria desaprendido o nome e a disciplina do povo romano e teria casado com várias mulheres, muitas das quais com filhos seus (PHANG, 2002, p. 358).

Para Phang, esta proibição mantinha o distanciamento entre o exército romano e os provinciais, o que era necessário para legitimar o domínio romano. É provável que o número de soldados com famílias tenha crescido tanto que, a partir de Adriano, era usado o termo *ex-castris* para designar os filhos dos legionários educados na vizinhança dos acampamentos, pois, segundo Petit, a instalação de legiões nas fronteiras e sua colocação em acampamentos permanentes favoreceram o recrutamento local e a incorporação ao exército dos *ex-castris* (PETIT, 1989, p. 91), talvez por estarem parcialmente envolvidos em um contexto militar.

Todavia, é ambígua a existência do tabu da proibição de mulheres no campo militar durante o Principado. Em 21 d.C., Tácito atesta que o Senado Romano debatia se as esposas dos

comandantes deveriam acompanhá-los aos campos, e, afora uma linguagem misógina, parece que elas foram liberadas para ir:

XXXIII. Inter quae Severus Caecina censuit ne quem magistratum cui provincia obvenisset uxor comitaretur, multum ante repetito concordem sibi coniugem et sex partus enixam, seque quae in publicum statueret domi servavisse, cohibita intra Italiam, quamquam ipse pluris per provincias quadraginta stipendia explevisset. haud enim frustra placitum olim ne feminae in socios aut gentis externas traherentur: inesse mulierum comitatu quae pacem luxu, bellum formidine morentur et Romanum agmen ad similitudinem barbari incessus convertant. (Tácio, Anais, 3.33)

“Entrementes, Severo Cecina propôs que nenhum governador despachado para as províncias se acompanhasse de sua esposa, recordando mais uma vez que era casado e vivia em perfeita concórdia com sua mulher, mãe de seis filhos, e que, durante anos, sempre fora mandado para as províncias e a deixara na Itália (...) Não sem razão, fora estatuído outrora que as mulheres não fossem levadas aos países aliados ou estrangeiros, pois que a comitiva mulheril era embaraçosa à paz por causa do luxo, à guerra se demorava pelo temor, e o exército romano tomava feição de bando bárbaro...” (PEREIRA, s/d, p. 85)

... bella plane accinctis obeunda: sed revertentibus post laborem quod honestius quam uxorium levamentum... (Tácio, *Annais*, 3.34)

“... Guerras devem ser empreendidas por homens totalmente prontos para a ação, mas, para os que retornam, após a provação, o que é mais honesto do que o conforto de uma esposa...”ⁱⁱⁱ

Mas o mesmo Tácito parece ser contra a co-existência de civis e soldados quando diz, em sua *Historias* (153, 45): “*inter paganos miles corruptor*”, isto é, “o soldado se corrompe em contato com os civis”. As mulheres dos comandantes e oficiais residiriam nos quartéis dos comandantes dentro dos fortes. Mas os arqueólogos têm encontrado sapatos, broches, fivelas, brincos, camas, que atestam a presença de mulheres e crianças inclusive dentro de barracas de soldados comuns; contudo, como as evidências arqueológicas que sugerem a presença de mulheres nas barracas são artefatos mudos, pouco se sabe sobre a origem, status ou ocupação destas (PHANG, 2002, p. 359).

As escavações em Vindolanda (Inglaterra) vêm trazendo à tona uma enorme quantidade de artefatos que colaboram muito para nossa compreensão da Bretanha Romana e do exército. É importante saber a história romana de Vindolanda tem início em torno da década de 80 d.C com a chegada da coorte I Tungrorum, dando início a um longo período relações e a formação de uma guarnição que duraria os próximos 55 anos, com ocasionais ausências preenchidas pelos Batavos.

Desde então, Vindolanda tornou-se área militar, continuamente escavada. Nas campanhas de 2001-2002, por exemplo, mais de 200 itens de calçados foram achados, a maioria em estado fragmentário, dentre os quais havia vários exemplares claramente usados por crianças e mulheres, particularmente aqueles localizados, em contextos de 92-105 d.C., em possíveis barracas de soldados. Dentre os objetos encontrados estão uma bota de criança feita de pele de cabra, com 130mm de comprimento, uma carbatina também infantil, com 163mm e muito usada (contextos de 105-120/122 d.C.), um sapato feminino, com 234mm (85-92) e uma sola de um calçado também feminino, igualmente de pele de cabra (BLAKE, 2003) – exemplos que atestam a presença de crianças e mulheres em locais militares.



Sola de sapato feminino encontrado em Vindolanda

Contudo, eram essas mulheres nativas? Não podemos descartar a forte hipótese de que os soldados formassem famílias com mulheres das tribos das províncias onde estavam. Disso tiramos várias indagações, como a de que em casos de revoltas locais causadas pela presença de uma legião ou uma colônia de veteranos, como a Revolta de Boudicaⁱⁱⁱ, como ficavam as famílias?: uma mulher bretã lutaria com seus filhos contra seu pai romano? Como é que ficou a situação destes frente à ira bárbara da Revolta de Boudica? Teriam sido considerados traidores, ou poupados? Teriam sido considerados romanos por estarem do lado daqueles que, através de suas taxas e abusos, foram uma das causas da revolta?

Sabemos que na Bretanha Romana, as tribos não tinham opiniões unânimes sobre os romanos em seu próprio interior, a exemplo do que ocorreu na tribo dos Brigantes quando a Rainha Cartimandua, de facção pró-romana, entrou em guerra com a facção anti-romana, de Venutius, dentro dos próprios Brigantes (RICHMOND, 1954, p. 47). Isso nos leva a pensar se revoltas como a de Boudica teve aceitação unânime dentro das tribos envolvidas; pode ser que não, mesmo porque, a tribo dos Icenos, da qual pertencia Boudica, fora até então aliada de Roma, aparecendo no arco do triunfo de Cláudio como um dos reinos-clientes (WEBSTER, 1970, p. 193), e nada nega que a parte que apoiou Roma quando da aliança ainda continuasse ali.

As escavações em Colchester são esclarecedoras em alguns aspectos, já que, embora os artefatos encontrados em contextos da Revolta tenham sofrido grandes danos, demonstram que no momento do ataque bárbaro, a cidade funcionava normalmente (NIBLETT, 1985); e uma vez que aos Icenos uniram-se os Trinovantes, cuja capital era Camulodunum, há que se pensar se alguns Trinovantes não foram atacados por membros da própria tribo que lutavam contra os romanos, o que demonstraria, portanto, que parte da tribo não teria participado ou concordado com a Revolta de Boudica. São questões que podem nunca ser respondidas, mas alguns estudos colaboram para que algumas hipóteses fiquem menos nebulosas. Anthony Birley estudando, principalmente através de lápides encontradas na Bretanha, mas também via registros textuais, os nomes de indivíduos desta

província, demonstra como alguns deles tinham nomes locais latinizados, sendo o *cognomen* o alterado, mostra clara de um dos efeitos da presença romana.

Um exemplo é o do rei Cogidubnus, cujos primeiros dois nomes eram os mesmos do Imperador Tibério. Um soldado britânico, originário de Ratae (atual Leicester), de uma tropa auxiliar, que servia na região do Danúbio, chamava-se M. Ulpius Novantico; ele possuía o *praenomen* e o *nomen gentilicium* do Imperador Trajano e seu nome original celta como *cognomen* (BIRLEY, 1980, p. 16). Outros casos como estes podem ser apresentados, mas o que importa é pensarmos se, por exemplo, M. Ulpius Novantico não poderia ser filho de um soldado com uma mulher de alguma tribo bretã, que, como provincial, poderia ser recrutado para servir nos *auxilia*. Os estudos de Birley estão inseridos nos que é chamado *Romanização*, os efeitos romanos sobre as populações locais (e vice-versa).

Vemos, assim, que a organização e estruturação do exército romano eram pensadas para que este exército fosse disciplinado o bastante para serem bem sucedidos nas batalhas. Muitos dos meios de impor a disciplina eram através de normas que proibissem um contato muito grande com os civis, tal qual a proibição do casamento ou constituição de família ou o alojamento de tropas dentro das cidades. A localização das tropas nas fronteiras, além de estratégica, mantinha os soldados longe dos principais núcleos urbanos no centro do Império.

Porém, com as províncias as tropas começaram a ser deslocadas para o *limes*, aquartelando-se próximo a alguma cidade tribal. Sabemos que o plano de afastar soldados e civis, nestas condições, nem sempre funcionou, já que há provas de soldados constituindo famílias, como mostramos anteriormente, e de tropas perto o suficiente de núcleos civis para estabelecerem comércio e cobrança de taxas (e até se excederem, revoltando as populações taxadas). Marquemos que algumas cidades providenciavam facilidades e serviços aos soldados, especialmente durante o inverno. Mas a chegada de uma legião a uma cidade para passar o inverno, muito freqüentemente foi considerada uma calamidade pelas comunidades provinciais (KEPPIE, 1984, p. 193).

Desta forma, tanto as fontes materiais como as literárias atestam a convivência entre civis e militares, convivência que suscitou certos efeitos. Convivência que acarretou impactos diretos e indiretos (como a “latinização” de alguns nomes) sobre as populações e sua organização. Exemplos de impactos indiretos estão na economia, e de diretos, sobre os quais nos prenderemos mais, estão no recrutamento de locais para as tropas, revoltas, violências com os civis, etc.

Miles e Paganus: relações soldados e civis

A partir de Augusto, com a denominada *Pax Romana*, o exército passou a atuar, especialmente, como força de manutenção da paz, estacionado nas fronteiras, e servindo, antes de tudo, como uma “organização burocrática de controle da população fronteiriça” (FUNARI, 2003). Documentos encontrados em acampamentos, como papiros ou as famosas tabuinhas de Vindolanda, demonstram como o exército era um corpo burocrático bem organizado e como, em seu dia-a-dia, os

soldados mantinham relações comerciais e trocavam cartas. Nada mais distante daquela idéia tradicional segundo a qual o soldado romano era brutalizado e ignorante, idéia que acreditamos ter sido perpetuada pela literatura clássica, que via o soldado como um ser de muitos desejos, impulsos e apetites.

Alston afirma que os excessos de privilégios e o descontrole de soldados e veteranos são figuras produzidas pela elite, a esta pertencente os escritores, hostil aos militares porque com eles competiam pelo poder dentro do sistema imperialista romano. Os soldados não deixavam de ter alguns privilégios, mas, para Alston, estes existiam para suprir as provisões e pagamentos insuficientes que recebiam (BAGNALL, 1997, p. 507). Todavia, termos como descontrolados, violentos, glutões e etc., florescem constantemente em textos como o de Tácito, segundo o qual a paixão dominante dos militares é o furor que inspira os seus atos mais insensatos (CARRIÉ, 1992, p. 103).

Além de comilão, o exército era medonho e violento; para Tácito, o *thymos*, a “nobre fúria”, qualidade essencial dos “guardiões da cidade”, teria degenerado em *ira*, *furor* ou *ferocidade* – termos muito presentes quando descreve os soldados –, ou seja, uma cólera selvagem e passional; o fato de o soldado ser escravo dos seus desejos tirânicos de prazer, fortuna, poder ou glória, como enumerou Juvenal, torna-o personagem perigoso, pronto a voltar contra o bem comum as armas com as quais deveria defendê-lo. Seu número incutia o medo (CARRIÉ, 1992, p. 93).

O imaginário popular romano retratava o soldado vulgarmente como um comilão ou como insaciável bebedor. Encontramos também esta imagem no *Satyricon* de Petrônio, quando o personagem Eumolpo, declamando o poema sobre a Guerra Civil, recita que “o soldado errante, com as armas na mão, reclama para a sua fome todos os bens que a terra produz. A gula torna os homens engenhosos” (Petrônio, *Satyricon*, 119, 31-1). Resta saber quão verossímeis eram estas imagens, pois, para Campbeli, é difícil não acreditar que textos como o de Petrônio não buscavam trazer mais entretenimento e compreensão à audiência de seu trabalho, criando um pano de fundo de reconhecíveis detalhes econômicos e sociais da vida contemporânea, já que “a satirist is likely to be most effective if his attacks are plausibly direct at activities and injustices, past or present, known to the readers” (CAMPBELI, 1984, p. 245). Isto é, muitos destes textos exagerariam algumas características reais, existentes na sociedade.

Mas nem todos viam os soldados assim. Segundo homens como Plutarco e Élio Aristides, as reformas de Augusto corresponderam, na verdade, à concretização do projeto platônico da República: “um exército permanente, concebido para uma função especializada, capaz, portanto, de assegurar um alto nível técnico: um conjunto de soldados-cidadãos escolhidos pelos seus dotes naturais, posteriormente desenvolvidos pelo treino, que dá aos outros cidadãos a possibilidade de se dedicarem sem impedimento ao seu ofício; portanto, soldados não movidos pela necessidade, como os pobres ou os mercenários, que, de acordo com o projeto platônico deveriam receber como recompensa apenas o suficiente para as suas necessidades” (CARRIÉ, 1992, p. 92). Mas, se Platão

assim os descrevia, Élio Aristides (em *Elogio a Roma*) separava-os dos civis, já que mais útil que o agricultor, na medida em que garante a liberdade de todos, o soldado está a serviço do príncipe, que teve uma educação guerreira: a alma do mundo capaz de inculcar razão ao corpo do mundo, permitindo deste modo o acesso à felicidade. Segundo esta concepção, o soldado deveria concretizar um modelo essencialmente elevado de exigência moral (CARRIÉ, 1992, p. 92).

Entretanto, seja como glutão, freqüentando tavernas, lupanares (SALLES, 1982), assediando pessoas, ou não, é inegável que o soldado, o exército romano em si, causou algum impacto sobre a região na qual estava alojado, seja a própria Roma, seja províncias distantes como a *Britannia*, a exemplo dos nomes estudados por Birley (e é aqui que pretendemos nos prender mais, na chamada *Romanização*). No caso estudado em nossas pesquisas, o da Revolta de Boudica, tanto Tácito como Dio Cássio, as fontes escritas da revolta, apontam que uma de suas origens teria sido a taxaço e os abusos dos soldados para com as populações civis. No caso da *Britannia*, fica claro que o exército romano teve forte influência em comportamentos e atitudes dos provinciais, tendo em vista que, após a dita revolta, a militarização da Bretanha aumentou cada vez mais, fazendo com que esta província desenvolvesse características peculiares.

Não dizemos aqui peculiares no sentido de única e excepcional, fora dos padrões de todas as outras províncias: o estudo da Bretanha Romana por muito tempo foi destacado como único e especial em relação aos demais locais do Império Romano (WEBSTER, 1991, p. 28). Ressaltamos que a província da *Britannia* foi diferente das demais simplesmente porque cada província romana era uma província, diferente das outras; por isso, *Germania*, *Baetica* e *Britannia* possuem peculiaridades interessantes e diferentes entre si, o que não faz com que uma seja mais importante que a outra ou mereça maior destaque.

De fato, como afirma Simon James, “the soldiers constituted the heart of another mechanism of ‘Romanization’ in the provinces, distinct from and more plebeian than ‘elite negotiation’-based processes, and more important in some permanent frontier zones” (JAMES, 2001, p. 197). A presença do exército teve substancial impacto no desenvolvimento econômico das províncias, na medida em que havia grandes benefícios econômicos ao setor da população que provia serviços e bens às tropas como construtores, escultores, curtidores de couro, trabalhadores de metais e têxteis, prostitutas e etc., para atender às necessidades dos soldados, além das de ser alimentados e vestidos, lembrando que possuíam dinheiro para gastar (COULSTON, 2000, p. 89).

Para Coulston, este seria um dos impactos positivos da presença de uma legião próxima a cidade, embora o estudioso também aponte para um lado negativo: era inevitável que as relações entre soldados e civis se tornassem próximas, apesar dos avisos oficiais para mantê-los separados, havendo toda uma comunidade que girava em torno destes como possíveis esposas e filhos, escravos, libertos, mulheres, empregados, etc. Havia, assim, soldados que abusavam de seu *status* e poder, requisitando propriedades aos civis, por exemplo. Violência física e arrogância militar são comumente atestadas pela evidência provincial. Entretanto, também não devemos pensar que todos

os soldados o faziam, dado que o mau comportamento era registrado pelas fontes literárias, talvez em virtude do antimilitarismo e competição pelo poder da elite aristocrática senatorial, como apontei anteriormente, enquanto que o bom passava sem registro: “a certain level of brutality is to be expected of all soldiers in all historical periods, especially those with the institutional structure of a regular army to support them, with compliant or corrupt officer, and in times of weak central government” (COULSTON, 2000, p. 90).

Tendo em vista que havia soldados dentro das cidades era inevitável o encontro destes com civis. Lugares com bebida e comida, próximos aos *castra* e *excubitoria* devem ter sido bastante favorecidos pela presença de pessoal militar que parecia freqüentar muitos lugares como tabernas e lupanares. As termas, por exemplo, eram particularmente populares entre os soldados, e há mesmo indícios de termas dentro de acampamentos militares, cuja instalação podia ser mais ou menos aperfeiçoada de acordo com a importância da unidade e as possibilidades locais, tal o caso de Chester, Vindonissa ou Lambese, instalações que nada tinham de invejar as dos civis (CARRIÉ, 1992, 102).

Dentro da cidade de Roma havia inúmeros corpos militares que, de uma ou outra maneira, tinham efeito sobre os civis, tais como as *cohortes urbanae*, criadas por Augusto para manter a ordem pública, os *vigiles*, espécie de bombeiros, as *frotas*, destacamentos de Misenum e Ravena permanentes em Roma, os *peregrini*, as tropas administrativas, que embora das províncias, representavam uma vasta população de soldados que visitavam Roma em negócios oficiais, e a guarda pretoriana.

Um episódio que retrata o encontro numa cidade (na Campânia) entre soldado e civil está no *Satyricon*. Sabe-se que na cidade os soldados eram distinguidos pela roupa, o cinto, e pela espada, que além de privilégio, demonstrava status. Assim, caminha o personagem Encolpio armado de seu gládio (espécie de espada) a fim de encontrar seu amante, Giton, quando encontra com um soldado, que confisca sua arma após descobrir que ele não é militar:

[LXXXII] Haec locutus gladio latus cingor, et ne infirmitas militiam perderet, largioribus cibus excito vires. Mox in publicum prosilio furentisque more omnes circumeo porticus. Sed dum attonito vultu efferatoque nihil aliud quam caedem et sanguinem cogito, frequentiusque manum ad capulum, quem devoveram, refero, notavit me miles, sive ille planus fuit sive nocturnus grassator, et: "Quid tu, inquit, commilito, ex qua legione es aut cuius centuria?" Cum constantissime et centurionem et legionem essem ementitus: "Age ergo, inquit ille, in exercitu vestro phaecasiati milites ambulat?" Cum deinde vultu atque ipsa trepidatione mendacium prodidisset, ponere iussit arma et malo cavere. Despoliatus ergo, immo praecisa ultione retro ad deversorium tendo, paulatimque temeritate laxata coepi grassatoris audaciae gratias agere. < . . . >

Non bibit inter aquas, poma aut pendentia carpit

Tantalus infelix, quem sua vota premunt.

Divitis haec magni facies erit, omnia acervans

qui timet et sicco concoquit ore famem.

Non multum oportet consilio credere, quia suam habet fortuna rationem. < . . . >

“Dito isto, armo-me com o gládio na cintura, e para que a fraqueza não me destrua, reanimo minhas forças com comida mais farta. Logo salto em direção à rua e, como um furioso, busco ao redor todos os pórticos. Mas, enquanto caminho como o semblante atônito e bravíssimo, não pensando se não em morte e sangue, e, sempre, a mão segurando o gládio, um soldado me notou, talvez assaltante ou vagabundo noturno, e: “Você”, disse, “camarada, de que legião é ou de qual centúria?”. Em total acordo, crio uma centúria e uma legião: “Vamos!”, disse

ele, “no seu exército os soldados perambulam de sapatilhas^{iv}?”. Depois da fisionomia, e também de uma tremedeira revelando a mentira, mandou entregar a arma e tomar cuidado. Espoliado, então, ou melhor, sem possibilidade de vingança, retornei em direção ao alojamento, e, pouco a pouco, abrandada minha temeridade, comecei a agradecer à audácia daquele vagabundo”.

Não bebe, em meio às águas, nem os frutos pendentes colhe
O infeliz Tântalo, a quem atormentam os seus desejos.
Esta será a imagem do rico poderoso, que, acumulando tudo,
Tem medo e digere a fome na boca ressequida.^v

Neste episódio, Encolpio é reconhecido pelo soldado, caminhando pelas ruas da cidade, pelo tipo de calçado que utiliza (*phaecasiati*). A espada parece ser o próximo ponto em destaque, pois se era símbolo de prestígio e um privilégio do soldado, ou Encolpio era um, por portá-la, ou estava carregando uma arma sem direitos para tal. O soldado aqui aparece não somente como uma figura que sede a todos os prazeres, mas uma figura por si só ameaçadora, como se apenas com sua presença conseguisse manter a ordem. O fato de que o personagem se refestela, mesmo ao ter sua espada roubada, ao chegar em casa são e salvo, parece apontar para que episódios como este não terminassem sem alguma forma de violência contra o civil.

Outras cenas como estas aparecessem, por exemplo, em *O Asno de Ouro* de Apuleio, quando um soldado pretende roubar o personagem principal agora transformado em asno; para Campbeli, esta passagem atesta que “there was no protection against, or escape from, this kind of assault and extortion, except to fight physically. But even then the odds were heavily in favour of the military” (CAMPBELL, 1984, p. 244), além de que, quando se foi reclamar do crime ao magistrado, este pareceu aceitar a palavra do soldado, embora não houvesse evidências. Deste modo, a história mostraria a população local (o episódio se passa na Macedônia) temerosa de encontrar as tropas romanas e sem maneiras de reclamar suas brutalidades e agressões; nesta sociedade, segundo Campbeli, os civis tinham pouca esperança de levar um soldado à corte. O exército que teoricamente deveria proteger as províncias pode ser visto como um “parasita destrutivo” (CAMPBELL, 1984, p. 244).

Campbeli parece exagerar um pouco quando se refere à imagem do soldado alojado na província como um “parasita destrutivo”, pois, acreditamos, o autor não destaca o papel colaborador do soldado na impulsão do comércio e economia e na proteção (já que, não nos esqueçamos, isso não deixava de ser uma de suas funções) das populações das quais estava próximo. Epplert nos mostra, por exemplo, a colaboração entre militares e civis para a captura de animais que seriam usados em jogos (*venationes*) ou comidos, “which was evidently not an unusual occurrence” (EPPLETT, 2001, p. 212). Outros exemplos surgem das escavações em Sheepen, Colchester, as quais nos mostram que os maiores períodos de atividade dentro das partes escavadas durante a campanha da década de 70, no século XX, datam de 43 a 65 d.C., ou seja, logo depois da conquista e da fixação de uma legião e da posterior colônia de veteranos na cidade (NIBLETT, 1985).

O trabalho de metalurgia teria começado, em Sheepen, logo depois da conquista da Bretanha por Cláudio, e de 44 a 49 d.C., período contemporâneo à instalação do forte legionário nas proximidades, o local estaria talvez sobre supervisão militar. Neste período os civis teriam produzido produtos dos quais necessitavam os soldados (NIBLETT, 1985, p. 24). Claro que os soldados não extorquiam sempre os produtos da cidade, pois os compravam também (mesmo podendo exigir bens como pagamento às taxas). Não é à toa que, segundo Carrié, o soldado foi um agente econômico da *Romanização*, porque “a convivência dos soldados com a população civil,..., permite que o exército desempenhe uma função de estímulos dos consumos, quer com o exemplo dado pelo seu sistema de vida, quer assumindo o papel de intermediário, através da rede de contatos sociais, entre os produtos mais raros, mesmo exóticos, e os habitantes do local” (CARRIÉ, 1992, p. 107). Logo, não há como negar que, como bem apontou Coulston, há partes negativas e positivas dos efeitos que a presença dos soldados pode desenrolar.

Os homens mais pobres provavelmente tentavam evitar os soldados o máximo possível, como tentou Encolpio. Mas de tempos em tempos um grande número de tropas passavam pelas províncias em expedições militares, assim como pequenos destacamentos (*vexillationes*) ou soldados individuais cumprindo, em alguma província, algum negócio oficial. O exército não ficava completamente parado nos campos, e, sem dúvida, os soldados tiveram oportunidade de explorar seu poder e status contra os civis. Muito embora houvesse uma distinção entre os soldados que agiam sob as ordens de um superior, por exemplo, quanto às questões de requisições, e soldados que agiam movidos pelos próprios interesses, para os provinciais isto pouco importava no momento em que era possível que o encontro com este soldado resultasse mal.

Os romanos, como mostramos, reconheciam o poder de opressão do soldado e dos oficiais corruptos. Outro exemplo disso é a preocupação que Tibério parece ter com possíveis abusos dos soldados durante o tempo de serviço, quando, num episódio narrado por Tácito, Lucílio Capito é acusado de dispor dos soldados para fins particulares causando alguma espécie de mal na província da Ásia:

... adeo ut procurator Asiae Lucilius Capito accusante provincia causam dixerit, magna cum adseveratione principis non se ius nisi in servitia et pecunias familiares dedisse: quod si vim praetoris usurpasset manibusque militum usus foret, spreta in eo mandata sua...” (Tácito, Anais, 4.15)

“... Perante ele [o Senado] teve de responder, por acusação da província, Lucílio Capito, procurador da Ásia, a quem o César veementemente incriminava, dizendo que não lhe dera poder senão sobre seus escravos e seus haveres particulares e que, se ele havia invadido as atribuições do pretor e disposto da força militar, fora em menosprezo de suas ordens...” (PEREIRA, s/d, p. 106)

Pode ser que esses episódios reflitam a ansiedade dos Imperadores não só com o crescente poder dos comandantes de cada legião, mas também com o comportamento do soldado. Extorsões são apontadas até no Novo Testamento, mas podemos aqui já afirmar que, como um modo de suplementar seu baixo pagamento, o soldado poderia extorquir mais do que o requisitado, e talvez,

mas não apenas por isso, as tropas designadas para cobranças de taxas aos provinciais fossem as mais odiadas dentre todas as outras. Termos encontrados em papiros egípcios parecem demonstrar que as cobranças não eram simplesmente cobranças, pois eram denominadas $\square\square\square\square\square\square\square\square$, que também significaria extorquir, quase que “espremer”, “sacudir violentamente” (CAMPBELL, 1984, p. 248).

Um papiro encontrado no Egito mostra ali um sistema de extorsão em operação no começo de 37 d.C. (CAMPBELL, 1984, p. 249). Requisições de animais e provisões, geralmente levadas pelos soldados, eram uma das maiores fontes de agravamento da relação com as populações locais, porém quando os soldados excediam demais esta ilegalidade, a situação poderia se tornar intolerável para os civis nativos, levando a ações mais radicais como revoltas, como citada Revolta de Boudica, ou outras, como as da Judéia, dos Trácios, dos Frísios ou dos Batavos. Com base nos estudos de Carreras, se os romanos quisessem manter boas relações com os provinciais, não deveriam taxações, posto que grande parte das revoltas nativas veio à tona devido ao comportamento e aos abusos dos soldados durante as confiscações de taxas e bens.

Segundo o autor, a garantia de abastecimento regular das tropas romanas provinha de três meios: do território local, da própria província onde estavam e de outras províncias do Império. Quanto ao abastecimento vindo do território local, as unidades militares poderiam sustentar-se com suas próprias fontes ou através dos civis locais, via taxas, requisições ou comércio. Assim, se o exército quisesse manter pacíficas relações com seus vizinhos, requisições ou taxações especiais sobre as populações locais não deveriam ser feitas: “most native revolts were brought about by soldiers’ abuse in confiscating goods or collecting taxes” (CARRERAS, 2002, p. 72).

Claro que os efeitos do exército sobre as províncias foram muito maiores do que os que foram aqui enumerados. E embora tenhamos dado enfoque aos abusos dos soldados, não devemos pensar que todos eles sempre se comportavam assim, ou só se comportavam como tais numa determinada província: cada local e época sofreu um determinado efeito causado pela permanência do exército romano, num determinado episódio. Até o final oficial do governo romano sobre a Bretanha, por exemplo, cada vez mais legiões foram mandadas para lá e cada vez mais a presença militar foi mais forte meio às populações locais, e a Arqueologia já demonstrou que, mesmo depois de 410, algumas legiões romanas permaneceram na Bretanha, o que acabou por desencadear um curioso crescimento do poder dos comandantes sobre as populações.

Estudando as unidades militares dos séculos IV e V próximas a Muralha de Adriano, Tony Wilmott põe por terra a antiga interpretação de que estas unidades teriam abandonado a região. Como as tropas permaneciam nas fronteiras, elas eram pagas e abastecidas, em dinheiro ou bens, por uma autoridade centralizada; quando esta autoridade veio abaixo com o colapso do Império, parece que os comandantes passaram, eles mesmos, a abastecer seus homens como parte de um regime local de taxações. Lembrando que do exército provinha o único investimento em dinheiro na área, e ele era o mais visível beneficiado dos frutos das taxações, quando o sistema entrou em crise,

é possível que tenha deixado de ser pago e abastecido. Deste modo, como o dinheiro não mais existia na economia local, não só a circulação de moedas, como também a produção de cerâmica parecem ter cessado.

A solução encontrada foi a de as populações locais produzirem a própria cerâmica. Assim, estas populações teriam fornecido ao exército a cerâmica, muitas vezes reciclada, enquanto que este dava proteção naqueles tempos de violência: uma espécie de contrato teria se dado entre civis e militares. Para Wilmott, era uma verdadeira simbiose: “the troops of the fort were no longer paid or supplied by central authority. The unit was still there, however, and... I suggest that the old system of official coercion might have been replaced by a symbiosis, whereby the territory from which supplier had been drawn as part of the Roman tax system continued to sustain the fort in return for the assurance of protection in troubled times” (WILMOTT, 2003). Os comandantes teriam virado chefes locais, líderes de pequenos reinos.

Outro exemplo que podemos dar, mostrando que o efeito do exército sobre a província nem sempre é o pior, é o do Egito. Em seu livro *Soldier and Society in Roman Egypt* (1995), Richard Alston, indo contra uma interpretação tradicional, argumenta que é certo que para se estudar o exército romano não devemos deixar de estudá-lo junto da sociedade à qual pertence ou está, pois os soldados estavam fisicamente ligados a esta sociedade civil. Além disso, o autor não acredita na existência de uma atmosfera de mútuo desrespeito, ódio e aversão, como apontam algumas fontes literárias e estudiosos, porque “the deep involvement of the soldiery in society and level of integration demonstrated by the soldier demand an absence of real hostility between the groups” (BAGNALL, 1997, p. 508-509).

Embora o estudo de Alston seja sobre o Egito Romano em particular, mostrando também que a identificação das unidades com as áreas onde estacionavam encorajou a integração com as comunidades locais, ele faz generalizações sobre o Império como um todo. Para o pesquisador, os papiros encontrados em solo egípcio propiciam a visão de uma interação entre a guarnição e a população em seu dia-a-dia, assim como as tabuinhas de Vindolanda, que confirmam transações comerciais entre militares e civis, refutando a visão dos soldados como uma casta isolada, “o terror dos civis”, ou uma classe super-privilegiada.

Não querendo cair em uma interpretação tradicional, esclarecemos aqui que reconhecemos que os efeitos do exército sobre as localidades nem sempre foram ruins e que as fontes históricas, como obras que refletem a ideologia de quem as escreveu, e, como consequência, da sociedade na qual estão inseridas (FINLEY, 1989, p. 195), eram, sim, manipuladas para dar destaque a esta ou aquela informação mais relevante que o autor quis mostrar ou provar.

Não afirmamos que os soldados agiram sempre assim em todas as províncias ou em todas as épocas, mas se dúvida existiram abusos, assim como boas relações, que tiveram reflexos nas sociedades próximas, como revoltas, por exemplo. Mas nunca teremos como saber se todos os soldados tinham este comportamento abusivo para com as populações ou se era uma parte deles

apenas. Resta imaginarmos qual o efeito destes encontros entre soldados e civis para a cultura de ambos; será que a presença do exército “romanizou” as populações locais, tornando-as mais “romanas”, ou a tentativa de imposição desta cultura encontrou resistências? Ou, ainda, foi mesmo imposta a cultura romana ou a simples convivência acarretava trocas culturais?

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente ao professor Dr. Pedro Paulo Funari (IFCH/UNICAMP) sem o qual a pesquisa não seria possível. Também ao CNPq pelo financiamento com a bolsa de iniciação científica e ao Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE). Ao Prof. Dr. Paulo Vasconcellos pela ajuda com as fontes latinas, em especial Tácito, “o terror dos latinistas”. Finalmente, à Jaqueline Lourenço, amiga historiadora.

Bibliografia

- BAGNALL, R. S. A kinder, gentler Roman Army?. In: *Journal of Roman Archaeology*, v. 10, 1997, pp. 504-512
- BIRLEY, A. *The people of Roman Britain*. Berkeley, Los Angeles: University of California, 1980
- BLAKE, J. Small Finds. In: BIRLEY, A. (org.). *Vindolanda Excavations 2001-2002: Volume I*, Published by Roman Army Museum Publications, Carvoran, Greenhead, Northumberland. CA8 7JB, for the Vindolanda Trust, 2003
- CAMPBELL, J. B. *The Emperor and the Roman Army, 31 BC-AD 235*. Oxford: Clarendon, 1984
- CARRIÉ, J.-M. O Soldado. In: GIARDINA, A. (org.) *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992, pp. 87-115
- CARRERAS, C. The Roman military supply during the Principate. Transportation and staples, In: ERDKAMP, P. (org.) *The Roman Army and the Economy*. Amsterdã: J. C. Gieben, 2002, pp. 70-89
- COULSTON, J. ‘Armed and belted men’: the soldiery in imperial Rome. In: COULSTON, J. & DODGE, H. (org.) *Ancient Rome: the Archaeology of the Eternal City*. Oxford: Oxford University, 2000
- DIO CÁSSIO. *Dio’s Roman History* (trad. Earnest Cary). Cambridge: Harvard University Press, 1993
- EPPLETT, C. The capture of animals by the roman military. In: *Greece & Rome*, v. 48, n°2, 2001, pp. 210-222
- FINLEY, M. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989
- FUNARI, P. P. A. *Roma, vida pública e vida privada*. São Paulo: Atual, disponível em www.unicamp.br/nee/arqueologia, acessado em 02/07/2003
- _____. The consumption of olive oil in Roman Britain and the role of the army. In: ERDKAMP, P. (org.) *The Roman Army and the Economy*. Amsterdã: J. C. Gieben, 2002, pp. 235-265
- GARRAFONI, R. *Bandidos e Salteadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2002

- GIARDINA, A. O Homem Romano. In: GIARDINA (org.) *O Homem Romano*, Lisboa: Presença, 1992, pp. 7-17
- GRIMAL, P. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, s/d
- HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto: Um Ensaio sobre a representação do Outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999
- ISAAC, B. *The Limits of Empire: the Roman Army in the East*. Oxford: Clarendon, 1993
- JAMES, S. 'Romanization' and the people of Britain. In: KEAY, J. (org.) *Italy and the West: comparative issues in Romanization*. Oxford: Oxbow Books, 2001, pp. 187-209
- KEPPIE, L. The army and the navy. In: *The Cambridge Ancient History*, v. XII, Cambridge University Press, 1996, pp. 371-396
- _____. *The Making of Roman Army: from Republic to Empire*. Londres: BT Batsford, 1984
- LEWIS, C. & SHORT, C. *A Latin Dictionary. Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary. revised, enlarged, and in great part rewritten*. Oxford: Clarendon Press, 1879. Disponível em www.perseus.tufts.edu
- NIBLETT, R. (org.). *Sheepen: an early Roman industrial site at Camulodunum*. Londres: Council for British Archaeology, CBA Research Report, n°57. 19 85
- NICOLET, C. O Cidadão e o Político. In: GIARDINA, A. (org.) *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992, pp. 19-48
- PETIT, P. *A Paz Romana*. São Paulo: EDUSP, 1989
- PETRONIO. *Satyricon* (trad. Paulo Leminski), São Paulo: Brasiliense, 1985
- _____. *Satíricon* (trad. Alex Martins), São Paulo: Martin Claret, 2001
- PHANG, S. E. The families of Roman Soldiers (First and Second Centuries AD): culture, law and practice. In: *Journal of Family History*, v. 27, n°4, 2002, pp. 352-373
- PINTO, R. *Arqueologia e Romanização: os discursos arqueológicos e a cultura material da Bretanha Romana*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2003
- REZENDE FILHO, C. B. *Mudança de Conceito Estratégico e Manutenção do Padrão Tático: A Desagregação Militar do Ocidente Romano sob Pressão Bárbara*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. São Paulo, 1993
- RICHMOND, I. Queen Cartimandua. In: *The Journal of Roman Studies*, v. 44, 1954, pp. 43-52
- SALLES, C. *Nos submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982
- TÁCITO. *Anais* (trad. Leopoldo Pereira). Ediouro. s/l, s/d
- _____. *Annales ab excessu divi Augusti* (org. Charles Dennis Fisher). Oxford: Clarendon Press, 1906. Disponível em www.perseus.tufts.edu
- WATSON, G. R. *The Roman Soldier*. Londres: Thames and Hudson, 1969

WEBSTER, G. *Archaeologist at Large*. Londres: BT Batsford, 1991

_____. *Boudica: the British revolt against Rome AD 60*. Londres: Routledge, 1999

_____. The Military Situations in Britain between A.D. 43 and 71. In: *Britannia*, v. 1, 1970, pp. 179-197

WILMOTT, T. *Roman commanders, Dark Age Kings*. Issue 69, March 2003. In: University of Birmingham, www.britarch.ac.uk/ba, acessado em 09/11/2003.

Notas

ⁱ Não compartilhamos totalmente do ponto de vista de Rezende Filho aqui, pois parece partir do pressuposto de que os indivíduos dentro dos limites eram romanos e os fora deste seriam os possíveis de Romanização, não abordando a questão de que muitos povos não romanos estavam dentro dos limites do Império e sofriam os efeitos da presença romana, como os habitantes da Bretanha, onde, embora o *limes* fosse até a muralha de Adriano durante o século II, não eram considerados romanos (a exemplo dos Icenos e Trinovantes durante a Revolta de Boudica)

ⁱⁱ Tradução do autor do artigo.

ⁱⁱⁱ A Revolta de Boudica ocorreu no ano de 60 d.C., na Bretanha Romana, durante o principado de Nero. A revolta da tribo dos Icenos devido a abusos de militares de uma guarnição estacionada próxima a eles, a perseguição aos druidas na Ilha de Mona (Anglesey) pelo então governador da província Suetônio Paulino, e os abusos das taxaões, requisições e confiscações de terras a serem dadas aos veteranos sobre os Trinovantes na cidade de Camulodunum (Colchester), colaboraram para a explosão da Revolta. Esta resultou na destruição dos três maiores centros urbanos da Bretanha, a própria Camulodunum, Verulamium (St. Albans) e Londinium (Londres), pelos “bárbaros rebeldes” (*rebellis animi barbarorum*, Tácito, *Anais*, 14-39), como Tácito os chama. Estes foram violentamente combatidos. Após o que, Suetônio Paulino foi substituído do cargo e o número do contingente militar estacionado na província subiu substancialmente (WEBSTER, 1999).

^{iv} *Phascasiati* faz referência a um sapato de origem grega considerado pouco masculino. Adotamos aqui o termo sapatilha. Paulo Leminski sugere “sapatos de bailarina”.

^v Tradução do autor do artigo.